

# CONFERÊNCIA MINISTERIAL SOBRE VACINAÇÃO EM ÁFRICA



## ESTADO DA VACINAÇÃO EM ÁFRICA

Nos últimos anos, a África tem feito progressos extraordinários no aumento do acesso à vacinação. A expansão da cobertura da vacinação foi em grande parte responsável por uma redução de 55% na mortalidade infantil em todo o continente, entre 1990 e 2012. Apesar deste progresso notável, a África está a atrasar-se no cumprimento dos objetivos mundiais da vacinação. Uma em cada cinco crianças em África ainda não recebe as vacinas básicas que salvam vidas e são menos de quinze os países africanos que financiam mais de 50% dos seus programas nacionais de vacinação. O continente africano tem lutado para fazer chegar as vacinas salvadoras de vidas a todas as crianças mas, para atingir este objetivo serão necessários sistemas de vacinação eficientes, um apoio e uma procura activa por parte das comunidades e uma forte vontade política.

Em Fevereiro de 2016, os Escritórios Regionais da Organização Mundial de Saúde para a África e o Mediterrâneo Oriental, em conjunto com a União Africana e o Governo da Etiópia organizaram a Conferência Ministerial sobre Vacinação em África (MCIA), em Adis Abeba, na Etiópia. A conferência reuniu líderes políticos africanos e partes interessadas na vacinação, para analisar as medidas a tomar no sentido de atingir as metas estabelecidas no Plano de Acção Mundial de Vacinação e garantir que todas as crianças, independentemente do local onde nascerem, tenham direito aos benefícios da vacinação. Tendo como principais objetivos o aumento da procura comunitária e promover a apropriação da vacinação por parte dos países, esta conferência constituiu um marco. Reuniu Ministros da Saúde africanos, parceiros da vacinação, dinamizadores, peritos técnicos e decisores políticos da área de vacinação de África e de todo o mundo, com a missão de renovar e reforçar os compromissos assumidos para melhorar o acesso a vacinas que salvam vidas em todo o continente africano.

A MCIA foi um evento marcante para a vacinação em África, tendo reunido mais de mil partes interessadas de cerca de setenta países, entre os quais praticamente todos os países africanos. Os dois dias de sessões intensivas em painéis, eventos paralelos e reuniões bilaterais incidiram sobre: garantia de financiamento sustentável para a vacinação, capacitação das comunidades locais, recolha de dados mais fiáveis, reforço dos sistemas de vacinação e utilização do legado da poliomielite. Os participantes fizeram análises críticas sobre o progresso e os desafios da vacinação, terminando com uma Declaração assinada pelos Ministros da Saúde ou chefes das delegações de 45 países africanos. Este documento histórico constitui a primeira declaração sobre vacinação assinada por ministros africanos.





## Declaração sobre "O ACESSO UNIVERSAL À VACINAÇÃO COMO PEDRA BASILAR DA SAÚDE E DO DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA"

**Nós**, Ministros Africanos da Saúde, Finanças, Educação, Assuntos Sociais e Governos Locais, que participámos na Conferência Ministerial sobre Vacinação em África, realizada de 24 a 25 de Fevereiro de 2016, em Adis Abeba, na Etiópia, e convocada pela Organização Mundial da Saúde, em colaboração com a Comissão da União Africana, declaramo-nos empenhados em investir, de forma continuada, nos programas de vacinação e num futuro saudável para todos os povos do continente africano.

**Reconhecendo** os enormes progressos que estão a contribuir para melhorar a saúde dos cidadãos africanos, incluindo:

- A redução de 50% das taxas de mortalidade infantil e o número, cada vez maior, de crianças que frequentam a escola;
- O acesso generalizado a vacinas que, há apenas uma década, ainda não estavam disponíveis às crianças, nem aos adultos africanos;
- As taxas de cobertura vacinal mais elevadas em todo o continente, em cada período de cinco anos, entre 1999 e 2014;
- O feito notável que representa o facto de o continente africano ter interrompido a transmissão do poliovírus selvagem há mais de um ano; a quase eliminação da epidemia da meningite do meningococo A e a significativa redução do fardo da doença e da mortalidade provocada pelo sarampo.

**Tendo presente** a recentemente ratificada meta da Cobertura Universal de Saúde, dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, que apela ao acesso de todas as crianças às vacinas (Nova Iorque, Setembro de 2015); e que a saúde é fundamental para o desenvolvimento social e económico;

**Reconhecendo** que um crescimento de base alargada e inclusivo em África só é possível se as pessoas forem saudáveis e que os programas de vacinação consistentes constituem um alicerce para sistemas robustos que ajudam a alcançar a cobertura universal de saúde, sendo esta, por sua vez, essencial para que os líderes nacionais possam atingir os seus objectivos de crescimento económico e de desenvolvimento;

**Reafirmando** o imperativo económico e os benefícios da redução das doenças evitáveis pela vacinação, assim como das mortes delas resultantes, o que contribuirá para melhorar a saúde em geral, capacitar as gerações vindouras e permitir que todas as pessoas possam desenvolver plenamente todas as suas potencialidades;

**Relembrando** a Declaração dos Chefes de Estado sobre a Erradicação da Poliomielite em África: "O Nosso Histórico Legado para as Gerações Vindouras" (Joanesburgo, Junho de 2015); a resolução da Assembleia Mundial da Saúde (WHA68.6) sobre o Plano de Acção Mundial para a Vacinação (Genebra, Maio de 2015);

o compromisso assumido pelos Ministros da Saúde Africanos com a Cobertura Universal de Saúde em África (Luanda, Abril de 2014); a Declaração "Vacinar a África até 2020" (Abuja, Maio de 2014), aprovada pelos Chefes de Estado africanos; e a resolução da Assembleia Mundial da Saúde, através da qual os 194 Estados-Membros se comprometem a aplicar a visão e as estratégias do Plano de Acção Mundial para a Vacinação (GVAP) (Genebra, Maio de 2012), assim como a aprovação, pelos Chefes de Estado Africanos, em 2012, do Plano de Fabricação de Produtos Farmacêuticos como um quadro que permitirá aos africanos o acesso a tecnologias e produtos médicos essenciais, de qualidade, seguros e eficazes;

**Reconhecendo** que, apesar dos progressos realizados, o acesso universal à vacinação até 2020, conforme aprovado nos termos do GVAP, está muito aquém das expectativas em África, tal como indica o relatório de 2014 do GVAP; mas que, apesar disso, ainda poderemos, com determinação, atingir a meta do GVAP de, pelo menos, 90% de cobertura nos nossos países e de, pelo menos, 80% de cobertura, em todos os distritos, de todas as vacinas disponíveis a nível nacional;

**Admitindo** que, para manter os progressos alcançados na introdução de vacinas e na cobertura vacinal, assim como para concretizar todo o potencial da vacinação para salvar a vida das crianças e dos adultos, as actuais dotações dos orçamentos nacionais para os programas de vacinação terão de ser incrementadas, no contexto do financiamento dos sistemas nacionais de saúde;





**Pela presente, comprometemo-nos colectiva e individualmente a:**

- Manter o acesso universal à vacinação como uma prioridade no âmbito dos nossos esforços para reduzir a mortalidade, morbidade e incapacidade infantil e, desta forma, ajudar os nossos países a atingirem as metas de longo prazo no que concerne às áreas da saúde, da economia e do desenvolvimento;
- Aumentar e manter os nossos investimentos e dotações orçamentais nacionais, incluindo mecanismos inovadores de financiamento, para cobrir o custo das vacinas tradicionais, cumprir os nossos requisitos de financiamento das novas vacinas e prestar apoio financeiro à implementação operacional das actividades de vacinação dos programas do PAV;
- Enfrentar os obstáculos persistentes que se colocam aos nossos sistemas de prestação de serviços de saúde e vacinação, sobretudo nas comunidades mais pobres, vulneráveis e marginalizadas, incluindo o reforço da recolha de dados, sua notificação e utilização a todos os níveis, assim como criar cadeias de abastecimento eficazes e eficientes e sistemas de compras integrados;
- Melhorar a eficácia e a eficiência, assim como mudar as abordagens, se necessário, dos nossos sistemas de prestação de serviços de vacinação, enquanto parte integrante de sistemas de cuidados de saúde primários robustos e sustentáveis;
- Atingir e manter uma vigilância de alta qualidade sobre as doenças evitáveis pela vacinação
- Monitorizar os progressos realizados, no sentido de se atingirem os objectivos dos planos mundiais e regionais de vacinação;
- Garantir a elaboração, até ao final de 2016, de planos de transição do legado da poliomielite, que permitirão aos futuros programas de saúde beneficiar dos conhecimentos e competências gerados pelo programa de luta contra a poliomielite, através da iniciativa da erradicação;
- Desenvolver um sector de investigação devidamente capacitado em África, que possa contribuir para melhorar a implementação e o recurso à vacinação;
- Desenvolver uma ampla vontade política, trabalhando com as comunidades, organizações da sociedade civil, líderes tradicionais e religiosos, associações de profissionais de saúde e parlamentares, para garantir o direito de todas as crianças e comunidades ao acesso universal às vacinas que tenham potencial para salvar vidas e, por extensão, às melhores oportunidades possíveis de terem um futuro saudável.
- Promover e investir nas capacidades regionais para o desenvolvimento e a produção de vacinas, em sintonia com o Plano de Fabricação de Produtos Farmacêuticos da União Africana, incluindo o reforço das autoridades reguladoras nacionais.

## LANÇAMOS UM APELO:

- Aos Estados-Membros e parceiros, incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento e as comunidades económicas regionais africanas, para que apoiem a implementação desta Declaração e intensifiquem os seus esforços para mobilizar os recursos e assegurar novos investimentos, com vista a reforçar os programas nacionais de vacinação para a consecução das metas do GVAP e, de modo geral, os sistemas de prestação de cuidados de saúde nos Estados-Membros;
- Aos Estados-Membros e parceiros, para que estabeleçam negociações com os fabricantes de vacinas, com vista a facilitar o acesso às vacinas disponíveis, a preços comportáveis, e para aumentarem a transparência nos preços, assim como desenvolver bases de dados sobre preços, em conformidade com a resolução WHA68.6;
- À GAVI, a Aliança para as Vacinas e a Vacinação, para que considere os refugiados e as populações internamente deslocadas como beneficiários elegíveis para o apoio da GAVI relativamente ao custo das vacinas e aos custos operacionais;
- À Organização Mundial da Saúde e à Comissão da União Africana para que auxiliem os Estados-Membros a partilhar as suas experiências, a reforçar as suas capacidades e a estabelecer mecanismos de monitorização dos progressos realizados no cumprimento destes compromissos.

Agradecemos a Sua Excelência, o Sr. Hailemariam Desalegn, Primeiro-Ministro da República Federal da Etiópia, país anfitrião desta Conferência Ministerial sobre Vacinação em África, por concordar em assumir o papel de defensor desta declaração, solicitando-lhe que a apresente aos Chefes de Estado Africanos, por ocasião da 26.ª Cimeira da União Africana, que terá lugar em Junho de 2016.

# A DECLARAÇÃO DE ADIS ABEBA SOBRE IMUNIZAÇÃO FOI ATÉ AGORA ASSINADA POR 45 PAÍSES AFRICANOS:



**ALÉM DISSO, UM DETERMINADO NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES ELABOROU E ASSINOU DECLARAÇÕES DE APOIO À DECLARAÇÃO DE ADIS ABEBA. ENTRE ESTAS ENCONTRAM-SE:**



**Líderes de organizações da sociedade civil**



**Líderes religiosos**



**Líderes parlamentares**



**A Primeira Dama da Etiópia,**  
em nome da Organização de Primeiras Damas Africanas contra o VIH/SIDA.